

Limites éticos entre a liberdade de imprensa e o direito à privacidade: uma análise sobre a relação da mídia diante do fenômeno Diana Spencer¹

Isabella Britto SCHMITT²

Antonio Carlos HOHLFELDT³

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

RESUMO

O presente artigo se propõe a discutir sobre o comportamento da mídia, sob o aspecto ético, na cobertura do fenômeno Diana Spencer, desde o início do seu namoro com o Rei Charles III, até o momento da sua morte, em 1997. Para a análise desse recorte histórico, foi utilizado o documentário *The Story of Diana*, dirigido por Rebecca Gitlitz. A proposta é partir da dos depoimentos de jornalistas, biógrafos e historiadores que se manifestaram no documentário, refletir sobre o comportamento da mídia na cobertura da vida de Diana. Entendendo se houve ou não a violação dos limites éticos e invasão de privacidade, assim como compreender quais são as diferenças entre o *interesse público* e o *interesse do público* para cobertura da vida de figuras públicas e celebridades.

Palavra-chave: ética; privacidade, interesse público, Família Real Britânica, Diana Spencer.

1. INTRODUÇÃO

Compreender os desafios éticos do jornalismo deve ser algo fundamental para um bom profissional da comunicação. Entender até que ponto nossa liberdade de informar está sendo usada para levar informação ao público e não para atender a interesses privados, é essencial para construção de um bom jornalismo e uma reputação de credibilidade, tanto para o profissional, quanto para o veículo.

Se analisarmos a história, as discussões acerca do que é público e o direito à privacidade surgem entre os séculos XVI e XVII, com o advento da imprensa, como comenta Thompson (2002): *público* passa ser tudo o que é visível, enquanto o *privado* se restringe a ações que poucos presenciarão. Com o passar dos séculos, as discussões acerca

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior – Publicidade e Propaganda, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Jornalista graduada em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: isabellabschmitt@gmail.com.

³ Orientador do trabalho e professor na Escola de Comunicação, Artes e Design - FAMECOS na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: hohlfeldt@puers.br.

dos dois conceitos se aprofundam, mas principalmente, após a popularização dos *paparazzi*, no século XX.

Dessa forma, a mídia passa a se resguardar do seu direito à liberdade e, com isso, alguns limites profissionais podem acabar sendo ultrapassados. Um dos casos mais marcantes acerca das discussões sobre os limites entre a liberdade de imprensa e o direito à privacidade, é o vivido por Diana Spencer, a princesa de Gales. O grande interesse da mídia por sua vida proporciona reflexão sobre quais são os limites éticos e profissionais do jornalismo diante de pessoas midiáticas, que despertam a curiosidade e o interesse do público.

É indiscutível que o jornalismo precisa ser livre para executar sua função, de forma precisa e honesta, a serviço da população. O ponto a ser discutido aqui é uma consequência dessa liberdade, quando a mídia acaba, porém, ultrapassando certos limites e adentram na vida de celebridades que atraem a atenção pública. Neste ponto, a liberdade de imprensa entra em conflito com o direito à vida privada e surge a discussão sobre até que ponto o jornalismo pode justificar seus atos através do seu direito de informar, mesmo quando não são assuntos relevantes ou cruciais para a sociedade.

Analisar o comportamento e a conduta da mídia, na cobertura de Diana, é uma forma de compreender quais são os limites na cobertura da vida de figuras públicas, além de proporcionar a reflexão e debates sobre os limites profissionais e éticos em torno do que é *público* e *privado*. Diana foi uma megaestrela global, da qual o público queria saber mais e mais. Com isso, a mídia aproveitou e extraiu dela todo tipo de conteúdo possível para entregar e comercializar ao consumidor final.

2. A ENTIDADE MONÁRQUICA BRITÂNICA

Com uma história que atravessa os séculos, a Família Real Britânica possui um legado histórico que ajuda a entender o porquê, mesmo após tantos séculos, continua viva e adorada pelo povo. Dentre os inúmeros reinados, a rainha Elizabeth II esteve presente como chefe de Estado por mais de 70 anos. Sendo a rainha mais longeva da história da monarquia britânica e a segunda na história mundial, deixando o trono em 8 setembro de 2022.

Mesmo após tantos anos no trono, e sendo um dos reinados mais longos da história, a monarquia continua sendo um organismo vivo que desperta curiosidade. Seja através da sua história, seja através do encanto e curiosidade que o título de nobreza desperta nas pessoas ou por meios dos escândalos em que os membros da família se envolvem.

A história por trás de uma das monarquias mais longas da história é repleta de altos e baixos. Os acontecimentos que levaram a realeza britânica, ser o que é hoje em dia, teve início com a conquista da Britânia sob as ordens do imperador Cláudio, seguida pela invasão de Júlio Cesar, a queda do paganismo com o reinado de Guilherme o Conquistador, e progredindo com diversos outros reinados que contribuíram para que a monarquia continuasse no poder.

Entre os reinados de maior destaque estão a dinastia Tudor, que soube administrar seus deveres reais com êxito (WOODWARD, 1964). Foi a partir dos Tudor que a imagem de governo monárquico, que conhecemos atualmente, começou a ser formada, contendo um Parlamento, Câmara dos Comuns envolvida com os princípios éticos e jurídicos, mas principalmente por reconhecerem a sociedade como um todo.

Mas após muitos reinados, crises envolvendo a família real, durante o reinado de Guilherme de Orange, a coroa passou a ter seu poder limitado. Com a assinatura da declaração de Direitos, o Parlamento passa a ter poder diante das discussões políticas e a monarquia apenas um papel figurativo.

Ao longo desses séculos, a monarquia deixou de ser uma instituição política e passou a ser um símbolo cultural vivo que é preservado de geração em geração até os dias atuais. Envolvendo-se com causas humanitárias, e administrando, de uma forma positiva, sua presença, ao longo das mudanças sociais da sociedade. Essa sagacidade em saber se ajustar aos novos moldes sociais é fundamental para que seus integrantes continuem sendo lembrados, admirados e apoiados pelo povo.

Esse envolvimento com as pautas sociais que a aproximassem do povo, ocorreu a partir da coroação da rainha Elizabeth II, em 1952. Tanto a sua coroação quanto seu casamento com príncipe Phillip foram televisionados. A Família Real, aprendeu a utilizar os meios de comunicação para se manter próxima e imponente. As mensagens de final de

ano, transmitidas em TV aberta, tornaram-se uma tradição e uma forma de estar perto do seu povo.

A era marcada pelo reinado de Elizabeth II também foi marcada por altos e baixos, principalmente se tratando da aceitação do público. Um dos momentos mais delicados para a monarquia, foi a década de 80, um período marcado pela crise econômica e o descontentamento do público pela monarquia. A crise vivida pela família real, só foi amenizada com o início do relacionamento de Charles com a jovem Diana Spencer. Mas foi só após a morte de Diana que a rainha se tornou, de fato, mais próxima do povo. (MACLARAN, 2018, apud, BBC Brasil, 2020).

A Família Real sempre esteve envolvida com polemicas. Seja durante o relacionamento de Charles com Diana e o seu divórcio. Com o casamento de Charles com sua amante, Camilla Parker Bowles. E até mesmo com os filhos de Charles e Diana, William e Harry, com o casamento de Harry com a atriz norte-americana Megan Markle, em 2018. Os holofotes sobre Harry e Megan se intensificaram, lembrando como a mídia na época de Diana, levando Harry a abdicar de todos os seus deveres com a família, em março de 2020, para poder viver com a esposa e seus filhos na Califórnia. E por último com a coroação do Charles III, aos 79 anos, em setembro de 2022.

Existem algumas teorias sobre como a família real consegue se manter popular, entre estas existe a teoria acerca da curiosidade sobre a monarquia, seus protocolos, estilo de vida que se tornam fascinantes aos olhos do povo. Uma outra teoria parte da curiosidade gerada pelos escândalos e polêmicas envolvendo os membros da família.

3. ESCÂNDALO, MÍDIA E PRIVACIDADE

Após o surgimento da imprensa e do jornalismo, a forma como as informações eram compartilhadas foram alteradas para acompanhar os avanços sociais das sociedades. Até hoje, são visíveis essas constantes adaptações de formatos, linguagens e conteúdos para atender aos novos moldes de sociedade.

O escândalo midiático é uma consequência desses processos e, com ele, questionamentos sobre o que é *interesse público*, limites e direitos à privacidade se tornaram cada vez mais frequentes. Segundo Thompson (2002, p. 11), “o uso da mídia

não implica simplesmente a transmissão de informações, mas cria novas formas de ação e interação”.

O escândalo midiático, a partir do momento em que ocupa a esfera da mídia, deixa de existir de forma singular e independente, em um ambiente de fácil controle da informação, que em diversos casos contém situações ou fatos íntimos. Segundo Thompson (2002, p. 59), “Escândalos midiáticos não são simplesmente escândalos noticiados pela mídia e que existem independentemente dela; eles são, de diferentes maneiras e até certo ponto, constituídos por formas midiáticas de comunicação”.

Dessa forma, com a popularização de jornais, folhetins e posteriormente, os *tabloides*⁴, contribuíram para que o termo *imprensa* se afastasse do seu conceito original, referindo ao que é *impresso*, dado por Gutenberg. Mas sim, passando a identificar uma atividade, ou melhor, um conjunto de atividades com cunho profissional empresarial, se tornando um sinônimo de jornalismo (AMORIN apud LOPES, 2011, p. 66).

Nesse sentido e para atender a interesses diferentes, a imprensa se dividiu em dois caminhos singulares e próprios: um para o jornalismo dedicado a levar informações e gerar debates na sociedade, destinado a investigar temas e assuntos de interesse social e que contribua para a manutenção da sociedade livre. E o outro jornalismo destinado a notícias populares, que entretendam o público e fomentem as discussões a respeito de histórias e escândalos sociais (THOMPSON, 2002, p. 292-293).

O escândalo midiático, se espelha em uma das atividades sociais mais populares dentro dos núcleos sociais: a fofoca. E com a imprensa abrangendo os temas de interesse coletivo, passa a compartilhar essas informações na comunicação em massa, mas trazendo em pauta as figuras populares que despertam o *interesse do público*.

“[...] o escândalo vende. Como empresas comerciais preocupadas em gerar receita através da comercialização de formas simbólicas, as casas publicadoras, os editores, os jornais [...] têm um interesse financeiro em manter ou aumentar a venda de seus produtos, e os escândalos fornecem histórias vivas, picantes, que podem ajudar esplendidamente a conseguir esse objetivo” (THOMPSON, 2002, p.59).

⁴ Tabloide: formato de jornal, equivalente à metade do formato standard.

O surgimento e a popularização dos escândalos midiáticos se tornam um fator a mais para deixar o *público* e *privado* indefinido no âmbito da esfera jornalística. Essa mídia, que passa a ser vista como sensacionalista, pelo teor das suas publicações, cai no gosto geral, pois atende ao imaginário coletivo de curiosidade sobre realidades e estilos de vidas distantes do habitual, entre as classes populares. Conseqüentemente, acaba por ser um dos fatores para que os conceitos de vida pública e privada atualmente sejam tão nebulosos, “O mais notável desses desenvolvimentos é o caráter de mudança dos meios de comunicação, que transformaram a natureza da visibilidade e alteraram as relações entre a vida pública e a privada” (THOMPSON, 2002, p.31).

Para se manter o direito sobre o que é privado, alguns países impõem restrições ou estabelecem, de forma rígida, nas suas constituições, o que é privado e assim deve permanecer. Embora tal prática não seja um consenso, é uma forma de deixar claros os limites a serem preservados e respeitados pela imprensa.

Cada país tem a liberdade de criar seu próprio código de ética, que serve de guia para orientar os jornalistas a manterem o seu compromisso com a verdade. Contudo, existem alguns códigos universais, estabelecidos por organizações internacionais, como a ONU e a UNESCO, que possuem comissões específicas para discutir e definir normas de conduta para os profissionais, assim como sobre a liberdade de imprensa e de informações, que é um direito.

Esses princípios e normas são base para garantir que o serviço prestado pelo jornalista seja sempre ético e de respeito. Quando um jornalista deixa de lado o seu compromisso com a verdade, ele está cometendo não só um erro, quanto uma falha ética com sua profissão e com toda a sociedade (CHRISTOFOLETTI, 2008).

4. INTERESSE PÚBLICO X INTERESSE DO PÚBLICO

A partir do momento em que o jornalismo se divide em duas linhas distintas entre si, as discussões acerca do que é *interesse público* e o que é *interesse do público* se intensificam. Entender esse limite tênue entre os dois tipos de interesse, é crucial para se entender o papel que o jornalismo deve seguir.

Mas estabelecer com clareza e objetividade, essa diferença é uma tarefa complexa. Machado (2005, p. 118) ressalta outro ponto que torna difícil o conceito sobre interesse público: “[...] diversos segmentos se utilizam do termo *interesse público* para justificar bandeiras muitas vezes opostas entre si, o que mostra que é impossível definir objetivamente quais interesses são realmente de todos e quais são particulares”.

“[...] o direito àquelas informações necessárias e imprescindíveis para a vida numa sociedade de massas, aí incluindo o exercício pleno do conjunto de direitos civis, políticos e sociais”. A informação como direito social ocorre quando esta tem sentido social e é indispensável à vida em sociedade. Assim, nem toda informação pode ser considerada um direito social, mas somente aquela que tem utilidade social, para a realização de outros direitos [...] (GENTILLI, 2002, apud MACHADO; MOREIRA, 2005, p. 118)”.

Seguindo o pensamento de Gentilli, nesta perspectiva o escândalo midiático não se enquadra no conceito de *interesse público*. Ao contrário, ele atende e alimenta, unicamente, os interesses privados e individuais do *interesse do público*, fomentando uma mídia que ultrapassa seus limites e cede ao consumidor final, visando exclusivamente o retorno financeiro.

São essas bases que constituem e diferenciam um jornalismo comprometido com a verdade e o levar a informação a todos, de um jornalismo que não se importa em transgredir esses valores para atingir objetivos pessoais ou da corporação. Christofoletti (2008, p. 32) ressalta: “O fato é que, no jornalismo, técnica e ética caminham juntas, envolvidas. Não se deslocam. Assim, a credibilidade nesse tipo de negócio se alimenta de apuro técnico e cuidados éticos”.

5. DIANA, A PRINCESA DO POVO

Diana Spencer nasceu em uma família tradicionalmente aristocrata, com um contato próximo com a realeza britânica, é a terceira filha do casal Frances Shand Kydd e John Spencer (8º conde Spencer). Diana tem duas irmãs mais velhas, Sarah McCorquodale e Jane Fellowes, e um irmão mais novo, Charles Spencer (9º conde Spencer).

Tendo uma infância atípica, com pais divorciados, convivendo unicamente com pai e o irmão mais novo, além das diversas babas, é possível dizer que Diana cresceu, de certa forma, bem solitária. Mas tudo após o, então príncipe Charles, namorar por um curto tempo, Sarah McCorquodale. Diana conheceu Charles nesta época, quando tinha 16 anos.

O relacionamento de Diana e Charles, começou de forma genuína sincera, havendo sentimentos de ambas as partes. Mas Charles, já sofria a pressão por encontrar alguém com quem pudesse se casar, e assumir as demais responsabilidades e se preparar para o trono, futuramente. Isso passaria uma imagem mais responsável da família real, que enfrentava sérias críticas do povo.

Charles precisava encontrar a esposa perfeita para os padrões da realeza, e Diana se tornou a escolha perfeita para esse papel. Morton (2013, p.54), “Ele encontrara a virgem, o cordeiro para o sacrifício e, de alguma forma, estava obcecado por mim”.

O imaginário de existir uma princesa amável, com uma vida comum, despertou o interesse e o carisma, não apenas dos britânicos, mas de todos no mundo. Ter a possibilidade de acompanhar mais de perto a vida de uma jovem se tornar princesa, provocou uma curiosidade em proporções inimagináveis. Diana poderia não entender no início o quanto aquilo tudo impactaria aquela geração e as futuras.

Mas diferente do que se imagina, a família real não prestou qualquer tipo de apoio ou preparo para Diana lidar com a nova situação:

“Simplesmente não conseguia lidar com aquilo. Chorava porque não tinha qualquer apoio de Charles e da assessoria de imprensa do palácio. Eles simplesmente disseram: “Se vira.” Então pensei: “Tudo bem. [O príncipe Charles] não foi nada solidário” (MORTON, 2013, p. 50).

Essa atenção toda sobre a sua figura não era apenas estranha e exaustiva, para Diana. A monarquia também estava vivenciando de perto uma nova forma de *interesse do público* sobre a família. Ninguém imaginava que o relacionamento de Charles com Diana pudesse gerar tanto interesse, e que a própria mídia, que vivenciava uma nova era, daria tanto valor à história.

O fenômeno de Diana, conhecido como Di-Mania, foi algo inexplicável até para os dias atuais. Tudo o que envolvia Diana se tornava uma fonte inesgotável de interesse, fosse o seu corte de cabelo, a forma jovial como se vestia, seu carisma com todos, como conversava ou se aproximava do povo. De um jeito natural, ela se tornou a mulher mais fascinante do mundo. E de um jeito muito inteligente, ela soube utilizar isso em favor de causas e temas que mereciam a atenção da mídia, mas que, naquela época, eram descartados.

Ao longo dos dezessete anos em que esteve sob o acompanhamento da mídia, Diana buscou utilizar a sua imagem pública da melhor maneira. Mostrando-se mais do que apenas um rosto bonito, ela mostrou como utilizar a sua notoriedade para chamar atenção dos assuntos que mereciam estar pautados na mídia. A gestão da sua imagem pública, de forma independente e sem apoio da instituição real, foi um trabalho que merece reconhecimento. Diana, soube mostrar o seu potencial de forma genuína fascinante.

6. THE STORY OF DIANA – O DOCUMENTÁRIO

The story of Diana, foi dirigido por Rebecca Gitlitz e teve como produtores executivos, Jess Cagle e Ian Orefice, em uma parceria entre a emissora ABC e a revista People, que para o vigésimo aniversário da morte de Diana. O documentário conta com depoimentos e análises sobre o período de cobertura da mídia na vida de Diana, historiadores, biógrafos reais, jornalistas, amigos, ex-namoradas do príncipe Charles e o irmão de Diana, Charles Spencer, além de reportagens de arquivos, capas de jornais e revistas, fotos de acervos e trechos da sua biografia, escrita por Andrew Morton, Diana: Sua verdadeira história (1992).

O objetivo do documentário é levantar questionamentos sobre a conduta profissional da mídia da época, refletindo sobre os impactos que o fenômeno Diana gerou no mundo e servir de modelo para as condutas e tratamentos da informação, que veículos massivos e populares acabam não aderindo ao compartilhar a vida privada das figuras públicas e celebridades até hoje.

Outro ponto, que também é levantado pelo documentário, é justamente essa diferença entre o *interesse público* e o que se torna *interessante para o público*. A vida e o comportamento de Diana geraram e ainda geram curiosidade por parte do consumidor, que compra essas revistas e jornais, e dá audiência para esses conteúdos denominados como “escândalo”.

A figura pública de Diana não inventou os paparazzi, mas a sua magnitude contribuiu para a forma como essas pessoas agiriam com outras celebridades, ela foi o estopim para a cobertura massiva de celebridades (THE STORY OF DIANA, 2017).

Como explica Thompson (2002), o público cria laços com personagens que eles acompanham frequentemente e veem crescer e amadurecer, mas é uma falsa intimidade, já que apenas o público conhece tanto da celebridade. Diana teve o fim da sua adolescência e sua vida adulta compartilhada para todos.

Atualmente, celebridades e figuras públicas entendem que o que elas fazem estará sujeito à exposição da mídia e ao julgamento público (THOMPSON, 2002), mas quando Diana se tornou esse fenômeno era algo sem precedentes na história, e que tomava proporções maiores conforme Diana se mostrava cada vez mais relevante, ao abordar temas sérios, apoiar causas sociais e não ser apenas um ícone de moda e beleza. Segundo Jess Cagle (THE STORY OF DIANA, 2017), “Isso transformaria como todos seriam tratados, todas as celebridades. O nível de intromissão foi moldado durante os anos Diana. (1’43’43)”, já para India Hicks, dama de honra de Diana, (THE STORY OF DIANA, 2017): “a imprensa cresceu e virou um monstro. (58’11)”. O que ela vivia moldava e impactava todas as futuras gerações que foram acompanhadas pela mídia e tiveram suas vidas expostas.

Diana se tornou uma espécie de propriedade pública por fazer parte da Família Real, como cita Roy Greenslade (THE STORY OF DIANA, 2017): “Achamos que ali estava alguém que tinha privilégio e que realmente sacrificou seus direitos à privacidade, simplesmente por ter os privilégios que tinha. (1’52’23)”. Para Jess Cagle (THE STORY OF DIANA, 2017): “Toda a mídia que perseguia Diana alimentava um animal insaciável, que era o público. (3’57)”.

Essa relação entre a mídia e Diana possuía dois lados. A mídia queria tudo o que pudesse noticiar sobre ela, tudo o que atraísse o consumidor final daqueles produtos, mas o outro lado, o lado de Diana, também precisava da mídia, apesar do ônus que isso pudesse conter. Ela precisava da mídia para ter voz, para expor o seu lado, ser franca com o público sobre a verdadeira realidade por trás dos portões da casa de Windsor.

Existem três casos de estratégia em que Diana usou a mídia de forma clara para expor sua realidade: um deles foi a biografia escrita por Morton. A famosa entrevista dada por ela ao programa Panorama, da BBC, em 1995, que até hoje causa debates sobre a

conduta profissional na qual foi baseada. E na forma como Diana trabalhava sua imagem pública em prol de causas humanitárias relevantes.

A mídia cometeu diversas transgressões no que se diz respeito a cobertura da vida de Diana, mas uma das maiores quebras do direito a privacidade foi a publicação de ligações particulares tanto dela, quanto de Charles. Para Robert Lacey, historiador, (THE STORY OF DIANA, 2017), “A liberação dessas fitas foi a mais apavorante quebra de protocolo da imprensa, da moralidade e decadência. (1’43’36)”. Os princípios éticos norteadores do jornalismo precisam ser reforçados para que esse tipo de violação não rompa a linha tênue entre a liberdade de imprensa e o direito a vida privada.

Mesmo sendo um membro da Família Real, Diana teve sua privacidade violada por parte da mídia e do público, que consumia esse material. Mas após o seu divórcio, a cobertura da sua vida tomou novas proporções, principalmente por não ter o mínimo de apoio da monarquia para preservar sua segurança.

Em 31 de agosto de 1997, em um túnel em Paris, após sofrer uma perseguição de paparazzis, Diana e Dodi, seu namorado na época, morreram. Hoje se sabe que não foi culpa exclusiva dos paparazzi. Mas se não fosse por essa perseguição, a fuga não teria sido necessária, como comenta Roy Greenslade, “Por ela ter sido perseguida naquele túnel, por fotógrafos, nos da mídia, tivemos uma absoluta noção de responsabilidade por sua morte. Era um momento de autocrítica. Sem dúvida. Ainda é (2’26’30)”.

Para o correspondente da NPR, David Folkenflik (THE STORY OF DIANA, 2017) “Diana serve como censura à ideia de que os jornalistas vão aderir a algum princípio. Diana não era uma coisa, era uma pessoa e a tratavam como objeto (1’5’:47)”. E complementa Roy Greenslade (The Story of Diana, 2017): “Não pode haver dúvidas de que ultrapassamos o limite [...] Perdemos todo senso de ética (1’52’15)”.

A morte de Diana provou uma onda de reflexão e censura ao comportamento da mídia sobre a cobertura da sua vida. Amigos e celebridades começaram a levantar o questionamento sobre os responsáveis pelo acidente. Será apenas o motorista? Os paparazzi da perseguição? Os veículos da imprensa? Ou também o público que não abre mão de consumir esse tipo de material e alimenta a imprensa sensacionalista?

A grandiosidade que foi a cobertura da vida de Diana e seus possíveis erros servem de base para que possamos construir uma cobertura de figuras públicas pautas em respeito e a partir do respeito aos códigos de moral e ética profissionais.

7. CONCLUSÃO

Não só a mídia, ou Diana, são as partes responsáveis por tudo o que aconteceu, mas há um terceiro elemento que, em geral, não é considerado nos debates sobre limites à privacidade de figuras públicas. O consumidor final desse material, o público, é uma parte tão responsável quanto o embate entre mídia e personalidades. Segundo Christofolletti (2008, p.14), “a ética no campo do jornalismo deve recuperar não só quem produz, mas também quem a consome”. Para Krista Smith (THE STORY OF DIANA, 2017), “somos todos cúmplices de alguma forma, porque, se ninguém comprasse aquelas revistas, se ninguém clicasse naquelas fotos, elas não venderiam, mas fazemos tudo isso. Todos nós fazemos (2’06’53)”. Se não houvesse quem comprasse esses materiais, não haveria o por quê de jornalistas e fotógrafos quererem ir atrás dessas pessoas e das suas vidas. A curiosidade do público por suas vidas e histórias é o que alimenta todo um sistema que continua a produzir matérias com teor sensacionalista, justamente pelo interesse comercial.

Para David Folkenflik (THE STORY OF DIANA, 2017): “Isso é chamado de notícia. Não porque haja algo interessante no mundo da notícia. Mas porque o público quer ler a respeito (1’48’18)”. É neste ponto que a discussão sobre *o quê é interessante público* e *o que é de interesse público* se torna essencial. Diferenciar esses dois fatores contribui para que o jornalista entenda o seu papel de noticiar fatos e compartilhar a verdade que irá agregar ao público, e não apenas atender à curiosidade vazia, provocada pela fofoca. Como afirma Thompson (2002, p.282).

“é possível que os escândalos se tenham tornado uma característica proeminente [...] uma forma de entretenimento orquestrada pela indústria da mídia, ansiosa por explorar nossa curiosidade doentia com respeito à vida dos outros? Ou seriam esses acontecimentos que levantam sérias questões sobre o uso e o abuso do poder, sobre a importância da reputação e sobre a mudança na natureza da vida pública?”

Também é possível observar que existe uma dificuldade sobre a compreensão total do que é um *ato público* e o que é um *ato privado* por parte da mídia, segundo Thompson (2002, p. 65):

“Nesse sentido, a dicotomia público-privado tem a ver com publicidade versus privacidade, com abertura versus sigilo, com visibilidade versus invisibilidade. Um ato público é um ato visível, desempenhado abertamente, de tal modo que todos possam ver; um ato privado é um ato invisível, um ato desempenhado secretamente e atrás de portas fechadas.”

O que a mídia se tornou, a partir do fenômeno Diana, moldou como hoje são tratadas as celebridades, como o *interesse público* ainda se confunde com o *interesse comercial da mídia*. Diana foi a primeira a provar de uma adoração e fascínio público de forma global, e a mídia entendeu, a partir disso, que ali estava uma nova forma rentável, não apenas financeiramente, mas uma fonte inesgotável de conteúdo a ser explorado.

O interesse pelas vidas dessas celebridades é um círculo vicioso de natureza humana, assim como a fofoca e o escândalo estão presentes desde o início das sociedades. Mas a mídia erra ao se pautar por esse desejo e interesse para aumentar suas vendas. O que aconteceu com Diana tem tanta responsabilidade do público quanto da mídia, quanta dela, como personagem. Mas é inegável que o interesse do público foi um fator decisivo para cada vez mais houvesse conteúdo sobre ela.

Os códigos de ética existem e precisam ser abordados entre os profissionais da comunicação. Precisam ser lembrados e fazer parte da base estrutural das organizações e veículos de mídia. É preciso fazer valer essas normas para que transgressões não ocorram, ou sejam sempre justificadas pelo princípio básico da imprensa: a sua liberdade em comunicar o que é relevante e de *interesse público*. Mas para continuarmos livres, é preciso seguir princípios morais que norteiem nosso trabalho, assim como regulamentar e exigir o cumprimento de medidas éticas por parte daqueles que também vivem da mídia, como os paparazzi.

O que podemos extrair disso, como profissionais da imprensa, é o quanto a conduta ética deve ser reforçada e respeitada dentro das organizações, principalmente por estarmos cobrindo a vida de pessoas que, antes de toda fama e notoriedade, possuem família, e o direito à intimidade, que deve ser respeitado.

A morte de Diana escancarou uma contradição da mídia na cobertura de figuras públicas, a liberdade de imprensa, que sempre foi defendida, conquistada com tanto afincamento, esbarra justamente na liberdade que pode ser invadida como premissa para acompanhar e compartilhar as histórias privadas dessas pessoas com prejuízo à sua

privacidade. A liberdade de imprensa deve se valer do mais puro *interesse público*, aquele que tem como objetivo a manutenção da sociedade livre, com direito à transparência e a informação de todo o sistema governamental, político e social. Mas essa liberdade não permite *caçar* figuras públicas em suas residências, namoros, conversas telefônicas, simplesmente por estarem em uma posição social de admiração e *interesse do público*, pautado pela curiosidade. É importante pensarmos, como profissionais da imprensa, o quanto a conduta ética deve ser reforçada e respeitada nas organizações, principalmente por estarmos cobrindo a vida de pessoas que, antes de toda fama e notoriedade, possuem família, e o direito à intimidade, que devem ser respeitados.

A cobertura da mídia sobre vida de Diana é um lembrete do que não deveremos repetir como profissionais da comunicação. Um convite para que o juramento à profissão e a informação não sejam violados ou desrespeitem o outro e a sua honra.

8. REFERÊNCIAS

AMORIM, Fabrício Bonini Ramos. **Liberdade de imprensa e os direitos da personalidade**. 2011. 116 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade de Direito de Presidente Prudente, Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/view/2818>. Acesso em: 15 set. 2021.

BAZI, Daniela. **Por que a monarquia britânica sobrevive até hoje?**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/por-que-monarquia-britanica-sobrevive-ate-hoje.phtml>. Acesso em: 07 ago. 2021.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo. Contexto, 2008. *E-book*. Acesso pela plataforma Pearson, por meio de assinatura.

CUNHA, Larissa Rodrigues da. SIMBOLISMO E MENTALIDADE: o caso da monarquia inglesa. **Revista Eletrônica de Educação e Ciência**, Avaré, v. 1, p. 10-23, jan. 2017. Disponível em: https://fira.edu.br/revista/wp-content/uploads/2017/03/2017_vol7_num1_pag10.pdf. Acesso em: 06 set. 2021.

DIAS, João de Almeida. **Família real britânica: afinal, para que servem estas pessoas?**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/familia-real-britanica-afinal-para-que-servem-estas-pessoas/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

GUERRA, Sidney. Breves considerações sobre os limites à liberdade de imprensa. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 245-251, jun. 2005. Disponível em: <http://www.fdc.br/arquivos/mestrado/revistas/revista06/docente/11.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. 4.ed. São Paulo: Summus Editorial, 2014. *E-book*. Acesso pela plataforma Pearson, por meio de assinatura.

L'OFFICIEL. **Nova pesquisa revela quem é o mais querido membro da realeza britânica.** [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.revistalofficiel.com.br/pop-culture/nova-pesquisa-revela-quem-e-o-mais-querido-membro-da-realeza-britanica>. Acesso em: 07 set. 2021.

MACHADO, Marcia Benetti; MOREIRA, Fabiane. **Jornalismo e informação de interesse público.** *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, v. 12, n. 27, p. 117-124, ago, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2005.27>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3328>. Acesso em: 19 set. 2021.

MESQUITA, Lígia; BARRUCHO, Luís. **Casamento real: por que a família real britânica desperta tanto interesse no mundo?.** *BBC*. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44125917>. Acesso em: 07 set. 2021.

MIRA, Maria Celeste. **Invasão de privacidade?: reflexões sobre a exposição da intimidade na mídia.** *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 12., 1999, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro, Portcom, v. 5, p. 1-15, 1998. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/1ebe4cfd98f257831abe188c757bc0bb.PDF>. Acesso em: 06 set. 2021.

MORTON, Andrew. **Diana: Sua Verdadeira História.** Rio de Janeiro: Best Seller, 2013. E-book.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 25, p. 71-88, jul. 2002. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/420/389>. Acesso em: 08 ago. 2021.

SANTOS, Joab Paz dos; FLORES, Simone Fogliato. **Liberdade de imprensa x direito à intimidade.** *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA*, 11., Maringá. *Anais [...]*. Maringá: Unicesumar, 2019. Disponível em: <http://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/3807>. Acesso em: 12 nov. 2020.

THE STORY OF DIANA. Direção de Rebecca Gitlitz. Produção de Jess Cagle, Ian Orefice. [S. l.]: ABC, People, 2018. 2 vídeos (83 min cada um), Digital, son., color. Legendado. Acesso pela Netflix.

THOMPSON, John B. **O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

THOMPSON, John B. **Fronteiras Cambiantes da vida Pública e Privada. Matrizes,** São Paulo, v. 1, n. 4, p. 11-36, jul. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38273/41082/>. Acesso em: 13 nov.2020.

TOALDO, Adriane Medianeira et al. **Liberdade de imprensa X direito à intimidade: reflexões acerca da violação dos direitos da personalidade.** *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: MÍDIAS E DIREITOS DA SOCIEDADE EM REDE*, 1., 2012. *Anais [...]*. Santa Maria: UFSM. jun. 2012. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2012/11.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

WOODWARD, E.L. **Uma história da Inglaterra.** Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1964.